

Esperança feminista e aproximações com o jornalismo

Publicado em 2022, o livro *Esperança Feminista* foi escrito durante a pandemia de Covid-19 a partir de um diálogo entre a antropóloga Debora Diniz e a filósofa e teóloga Ivone Gebara, ambas autoras feministas. A obra é um convite para ressignificar palavras e práticas, desnaturalizando os efeitos do patriarcado. Para isso, elas criaram um “verbiário”, composto por doze verbos: *ouvir*, *imaginar*, *aproximar*, *acalantar*, *lembrar*, *reparar*, *recriar*, *celebrar*, *compartilhar*, *perguntar*, *falar* e *desobedecer*.

Embora a obra verse sobre práticas feministas de um modo geral, as reflexões que traz ajudam a tensionar aspectos relacionados ao jornalismo. Sendo uma atividade que fundamenta historicamente sua relevância enquanto instituição social sobre o valor do interesse público e da defesa da cidadania (Gomes, 2009; Silva; França, 2017), acreditamos que deve envolver práticas e discursos que ajudem a subverter a lógica de manutenção de privilégios, hierarquização e desumanização de pessoas e grupos sociais.

No primeiro capítulo, dedicado ao verbo *ouvir*, Diniz ressalta que não se trata do mesmo que pausar a voz, mas de um gesto ativo, ético, que deve se transformar em escuta; provoca afetos e nos permite ser tocados por outras vidas diferentes das nossas. Sendo o ato de ouvir fundamental a qualquer apuração jornalística, trata-se aqui de uma reflexão relevante para o trato com as fontes de informação: processo que também deve envolver a apreensão da vida de sujeitas e sujeitos subalternizados, para, junto a elas e eles, reclamar o reconhecimento de suas vivências, necessidades e direitos.

O segundo capítulo é voltado ao verbo *imaginar*, que pode servir para desafiar as representações em circulação na sociedade, sobre as quais o jornalismo também exerce influência. Diniz propõe imaginar com ternura para desaprender. Já Gebara afirma que o feminismo tem lutado por um processo de desimaginar o mundo patriarcal naturalizado, para imaginar um outro possível, a partir do assombro diante das desigualdades e opressões. Em seguida, no terceiro capítulo, sobre *aproximar*, Gebara enfatiza que a novidade da experiência feminista em relação a esse verbo está em superar as diferentes formas de distanciamento das próprias convicções e dos estereótipos impostos pela sociedade patriarcal, deixando aparecer outras maneiras de ser no mundo. Já Diniz afirma que a aproximação feminista exige estranhamento sobre as regras da vida entranhadas como senso comum — como às relativas ao aborto, ao desejo da maternidade, aos estigmas associadas às sexualidades e gêneros.

No quarto capítulo, sobre *acalantar*, Diniz enfatiza que o verbo precisa ser pensado a partir do uso individual, como um ato político necessário para que as mulheres

Thais Araujo de Freitas

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: thata.a.freitas@gmail.com

permitam-se sobreviver. A autora enfatiza que quanto mais vulnerável for a condição da mulher, como a de mulheres negras ou empobrecidas, mais o dever de cuidado precarizado marca sua existência. Já no quinto capítulo, o verbo tratado é *lembrar*. Diniz atribuiu ao patriarcado a culpa pelo apagamento de muitas mulheres ao longo da História, ao mesmo tempo em que enfatiza que o feminismo resiste à “amnésia imposta pela circulação de histórias únicas” (Diniz; Gebara, 2022, p. 109). Uma vez mais identificamos uma reflexão fundamental a uma prática jornalística. Se, como afirma Marialva Barbosa (2004), os/as jornalistas são “senhores da memória da sociedade”, é fundamental tensionar de que forma o jornalismo constrói memória ou promove apagamento. Diniz recorre à reflexão da intelectual do feminismo negro Lélia Gonzalez, que afirma que determinados segmentos da população brasileira, como indígenas e mulheres, sempre foram objeto na história; nunca sujeitos e sujeitas da própria fala. E no Jornalismo? Esses grupos têm sido sujeitos e sujeitas da própria fala?

Na sequência, o verbo *reparar* ocupa o sexto capítulo. Segundo Diniz, a reparação feminista tem início quando uma mulher se afeta pelo sofrimento da outra. Já Gebara acredita que para haver reparação é preciso, antes, haver consciência das agressões sofridas e indignação. O sétimo capítulo trata do verbo *recriar*, que, para as autoras, tem a ver com compreender o feminismo como um processo permanente de luta contra as diferentes formas de opressão, que se interseccionam e precisam ser combatidas de diferentes maneiras. O oitavo capítulo é dedicado ao verbo *celebrar*. Para Diniz, ele está ligado ao direito de aparecer e desafiar coletivamente territórios de domínio do patriarcado. Gebara também ressalta o caráter coletivo da celebração feminista que, para ela, é “tornar presentes acontecimentos atuais e memórias passadas para fortalecer laços e criar energias de vida” (Diniz; Gebara, 2022, p. 191).

No nono capítulo aparece o verbo *compartilhar*, pelo qual Diniz se interessa não enquanto caridade, mas como gesto capaz de subverter o poder. Já Gebara afirma que compartilhar é condição para viver, na medida em que assumir a interdependência de tudo o que existe nos permite lutar por um mundo mais respeitoso às nossas diferenças. No décimo capítulo aparece o verbo *perguntar*, mais um marcante no exercício do jornalismo. Diniz recorre a Paulo Freire para afirmar que perguntar é “espantar-se”, num processo movido por indignação contra o patriarcado, que nos impõe perguntas cujas respostas certas são pré-determinadas; que nos atinge com brutalidade; que nos sentençia ao silêncio e à solidão. Por isso, ela defende ser preciso mapear e dominar as perguntas do patriarcado e suas tramas de opressão e propor novas perguntas e respostas, fora dos marcos de poder que as enunciam.

No décimo primeiro capítulo as autoras enfatizam que o verbo *falar* é o gesto político de testemunhar os efeitos do patriarcado em nossas existências. Encontra resistência, já que os poderes opressores não querem alterar privilégios de reconhecimento e circulação da palavra. Mas, segundo Gebara, falar em nosso nome e a partir das nossas entranhas acerca de possibilidades de um mundo onde caibam todas e todos é parte de nossa revolução. Aproximando essa reflexão da prática jornalística, podemos compreender que falar é deixar falar; abrir espaço de manifestação dos próprios grupos subalternizados.

Finalmente, no décimo segundo capítulo, as autoras refletem sobre o verbo *desobedecer*, que Debora revela ter sido o único escolhido por Ivone, a “freira desobediente”, para quem desobedecer é “inventar a vida” (Diniz; Gebara, 2022, p. 267). Para Ivone, é um dos verbos que mais caracterizam o movimento feminista, mas ela chama a atenção para os processos narcisistas e messiânicos que têm marcado os feminismos, com pretensões universalistas. Ela finaliza sua reflexão afirmando que há limites do feminismo para as próprias mulheres, sendo necessário, portanto, “deixar o debate aberto para que o pluralismo de muitas e a diversidade de perguntas e respostas possam emergir e tenhamos condições de decidir os rumos de nossa história de obediências e desobediências” (Diniz; Gebara, 2022, p. 276).

Assim, de forma poética e buscando caminhos diversos e emancipatórios, a obra de Debora Diniz e Ivone Gebara desperta nos/as leitores/as a possibilidade de conti-

nuarem repensando e ressignificando outras conjugações na busca por desestabilizar relações de poder hierarquizantes, excludentes e desumanizadoras, naturalizadas pelo patriarcado. Por não ter teor acadêmico ou rigor científico, possui limitações para ser usada como obra de referência em estudos acadêmicos. Sobretudo pelo fato de que as autoras discorrem sobre um considerável número de verbos com ponderações que, embora tragam perspectivas de certa forma inovadoras, não contam com grandes aprofundamentos conceituais e/ou reflexivos. Feita tal ressalva e destacando não ser a obra voltada especificamente à área do Jornalismo, consideramos que pode ajudar jornalistas em formação e os/as que já estão em campo a refletir e adotar práticas que tensionem valores hegemônicos, como os sustentados no patriarcado e suas tramas, que redundem em coberturas jornalísticas mais qualificadas.

Referências

Barbosa, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória?”. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre, RS. **Anais [...]**. Porto Alegre, RS: Intercom, 2004. p. 1-13.

Diniz, Debora; Gebara, Ivone. **Esperança Feminista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

Gomes, Wilson. Jornalismo e interesse público. *In*: Gomes, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: Ensaios de teoria do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor, 1. Florianópolis: Insular, 2009. p. 67–87.

Silva, Terezinha; França, Vera. Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais. **E-compós**, v. 20, n. 3, p. 1–21, 2017.